ARTIGO

**A entrada da Sociologia na cena do crime:
uma breve revisão literária**

Sintia Soares Helpes¹

Resumo

O presente trabalho executa uma breve exposição e análise das principais teorias sociológicas que contribuíram para os estudos sobre criminalidade. Para isso, abordamos autores do século XIX, XX e XXI, que elaboraram teorias e estudos sociológicos sobre este tema. Percebemos que tais contribuições foram muito relevantes, porém, este ainda é um tema que demanda contínuos esforços intelectuais.

Palavras-chave: Criminalidade. Teorias Sociológicas.

**The entry of Sociology in the crime scene:
a literature review brief**

Abstract

This paper performs a brief presentation and analysis of the major sociological theories that contributed to studies on crime. For this, we approached authors of the nineteenth, twentieth and twenty-first century, it developed theories and sociological studies on this topic. We realize that such contributions were very relevant, however, this is still a topic that demand continuous intellectual effort.

Key-words: Crime. Sociological Theories.

INTRODUÇÃO

A criminalidade sempre foi um tema abordado pela sociologia. Os autores do século XIX, por exemplo, discutiam o assunto com o intuito de retirá-lo da esfera individual e patológica e elevá-lo à esfera social. Desde então, surgiram múltiplas abordagens sociológicas sobre o tema, desde teorias que reafirmam a eficácia de políticas repressivas, até teorias críticas a estas práticas, que compreendem a criminalidade excessiva como uma das

¹ Doutoranda em Ciências Sociais pelo Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora.

resultantes de uma sociedade com inúmeros problemas sociais. Posto que, nas últimas décadas, este assunto esteve mais em evidência devido à política de guerra às drogas, que tem apresentado como resultado taxas alarmantes de crescimento da população carcerária, assim como da violência no tráfico e na polícia, o interesse da sociologia pelo tema resultou em inúmeras teorias e pesquisas recentes.

Serão abordados, a seguir, relevantes estudos sociológicos sobre criminalidade, partindo de autores clássicos até os estudiosos contemporâneos, buscando demonstrar as principais contribuições desta disciplina para os estudos do crime nas sociedades modernas.

1 MARX, DURKHEIM E TARDE: O CRIME ENQUANTO UM FENÔMENO SOCIAL

Ainda no século XIX, a recém fundada disciplina denominada Sociologia ocupou-se de diversos objetos de estudo, principalmente aos que se referiam às questões nascentes, ou que ganhavam maior expressão, a partir da modernidade. No que diz respeito à criminalidade, podemos afirmar que alguns precursores desta nova ciência abordaram o tema, embora não o elegesse enquanto central em suas teorias. As discussões teóricas da criminalidade, no limiar da modernidade, ficaram mais a cargo dos psiquiatras e juristas, através da criminologia, do que dos sociólogos.

Quando a Sociologia se dirige ao estudo do crime, ela dificilmente consegue se eximir da desordem reinante neste campo. Em nenhum outro domínio a ofensiva Durkheimiana fálhou tanto em se fazer notar. Além da hegemonia médico-psiquiátrica que dominava o estudo do crime e de sua surdez às lições do método sociológico, deve-se tomar conta das ambiguidades de uma construção sociológica inacabada, que correspondia a um mero interesse parcial e, ao fim, marginal, dos durkheimianos. As demais Sociologias europeias não aceitaram o desafio. Ao todo, o estudo do crime recebeu contribuições essencialmente jurídico-psiquiátrica. (ROBERT, 2007, p. 14).

Estes autores, apesar de apresentarem legados teóricos bastante distintos entre si, assemelham-se pelo fato de explicarem o crime, assim como outros fenômenos, enquanto questões sociais, e não restringi-lo às patologias individuais. Esta parece não ter sido uma tarefa fácil, uma vez que, todo o pensamento do século XIX estava voltado, como fruto da filosofia iluminista, para as causas individuais dos fenômenos.

1.1 KARL MARX: ANÁLISE MATERIALISTA SOBRE A CRIMINALIDADE

Marx, a partir de sua análise do sistema capitalista, apresenta esboços de uma compreensão do direito, pautada no que ele considerava o roubo realizado pela burguesia ascendente da propriedade privada, ao separar os trabalhadores de seus meios de produção. O autor cita a escravidão e o genocídio como crimes cometidos contra a humanidade a favor do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas. Também apresenta uma crítica ao direito moderno, muito mais voltado para garantir a segurança da manutenção da propriedade privada, do que em garantir qualquer proteção aos trabalhadores. Desta forma, sua concepção de direito, enquadra-se em sua teoria geral: trata-se de mais uma ferramenta para intensificar a exploração da burguesia sobre o proletariado.

A aplicação prática do direito humano de liberdade é o direito da propriedade privada. [...] o direito humano da propriedade privada é o direito de usufruir da própria e de dela dispor como desejar, sem atenção pelos outros homens. É o direito do interesse pessoal. Esta liberdade individual e a respectiva aplicação formam a base da sociedade civil. Ela leva cada homem a ver nos outros homens não somente a realização, mas a restrição de sua própria liberdade. Antes afirma o direito de 'desfrutar e dispor como quiser dos seus bens e rendimentos, dos frutos do próprio trabalho e esforço. (MARX, 2004, p. 32).

Marx, ao estudar o processo de expulsão dos camponeses de suas terras, uma marca do advento do proletariado moderno e do Capitalismo, afirma que parte destes trabalhadores miseráveis engrossaram as camadas pobres e sem ocupação e tornaram-se o público das cadeias modernas. Para o autor, a disciplina capitalista impõe aos trabalhadores dois tipos de violência, a coação surda, um tipo de violência indireta, e a direta. A primeira se apresenta de forma disfarçada sob as relações de trabalho, a disciplina da fábrica, as relações jurídicas, etc. Já a violência direta, exercida pela integração do judiciário, polícia e prisão, tem nos espaços prisionais seu maior representante. (SÁ, 1996, p. 16).

Embora as prisões não fossem uma novidade da modernidade, foi neste período que elas foram reconfiguradas e passaram a ser mais próximas de como as concebemos hoje em dia. No período medieval, as prisões, conhecidas como masmorras, serviam muito mais como um espaço no qual o preso aguardava sua punição derradeira, como pena capital ou trabalho forçado, do que como a própria penalidade em si. A partir do século XVIII isto começa a mudar e as prisões passam a se tornar o principal espaço no qual se cumpre penas e a principal delas passa a ser a privação de liberdade. Na medida em que a privação de liberdade

vai se consolidando enquanto punição principal, as penas com requintes de crueldade vão perdendo a centralidade. (SÁ, 1996, p. 21).

Além de localizar a prisão como um elemento do desenvolvimento capitalista, Marx designa ao criminoso um papel importante para o desenvolvimento das forças produtivas.

Filósofo produz ideias, poetas poesias, pastor prédicas, professor compêndios e assim por diante. Um criminoso produz crimes. Se mais de perto observarmos o entrosamento deste último ramo de produção com a sociedade como um todo, libertar-nos-emos de muitos preconceitos. O criminoso não produz apenas crimes, mas também o direito criminal e, com este, o professor que produz preleções de direito criminal e, além disso, o indefectível compêndio em que lança no mercado geral mercadorias, as suas conferências. [...] O criminoso produz ainda toda a polícia e a justiça criminal [...] O criminoso quebra a monotonia e segurança cotidiana da vida burguesa. Por conseguinte, preserva-a da estagnação e promove aquela tensão e turbulência inquietantes. Estimula assim as forças produtivas. [...] Teriam as fechaduras atingido a excelente qualidade atual, se não houvesse os ladrões? A fabricação de notas de banco teria chegado à perfeição presente se não houvesse moedeiros falso? [...] O crime, com os meios de ataque à propriedade sempre novos, provoca a geração ininterrupta dos meios de defesa, e assim tem, como as greves influência tão produtiva na invenção de máquinas. E se deixarmos a esfera do crime privado: sem crime nacional, teria jamais surgido o mercado mundial? E mesmo nações? E desde tempos de Adão, a árvore do pecado não é a árvore do conhecimento? (MARX, 1987, p. 382).

Desta forma, ainda no século XIX, o autor fez uma crítica ao direito nascente com base nos ideais burgueses, analisou o novo caráter adquirido pelas prisões com o surgimento do Capitalismo e atribuiu ao criminoso um papel histórico e social: sua contribuição para o desenvolvimento das forças produtivas.

1.2 ÉMILE DURKHEIM: A CRIMINALIDADE ENQUANTO ELEMENTO COMUM ÀS SOCIEDADES

Durkheim, assim como Marx, foi contemporâneo da geração de criminologistas que atribuíam ao crime causas puramente patológicas. Obstinado pela construção da sociologia enquanto uma ciência independente das demais e entusiasta de uma análise científica objetiva, encontrou um espaço para o crime na sua teoria social.

O autor diferencia-se da criminologia de sua época quanto à natureza do crime. Para ele, determinada ação constitui-se enquanto crime, não por ser criminosa em si, mas porque a consciência coletiva assim a identifica. Ou seja, o ato não fere a consciência coletiva por ser crime, ao contrário, tal ato é crime, uma vez que fere a consciência coletiva. Porém, não basta que tais ações sejam contrárias à consciência coletiva, pois muitas práticas assim são e, no entanto, não constituem crime, mas, apenas uma transgressão moral. É necessário que a ação

ofenda a consciência coletiva em uma intensidade considerável e que seja dotada de nitidez e precisão, já uma transgressão moral, normalmente, carece de tais características, apresentando-se com maior fluidez e imprecisão. “Podemos, pois, resumindo a análise que precede, dizer que um ato é criminoso quando ofende os estados fortes e definidos da consciência coletiva”. (DURKHEIM, 1978, p. 41).

Tal concepção representa um avanço na delimitação do objeto *crime*, uma vez que, até então, ele era compreendido pela natureza criminosa de determinada ação, como se certas práticas fossem, necessariamente, crimes, em todas as sociedades e em todas as épocas. Ou seja, desconsiderava-se sua contextualização histórica e cultural. Garofalo, por exemplo, criou a ideia de um núcleo-duro do crime, que seriam os crimes verdadeiros e passíveis de estudos, ou seja, os crimes naturais. Este núcleo duro engloba a prática crimes que atingem nosso sentimento de piedade e de probidade, tais como, homicídio, agressão e roubo. Durkheim critica essa ideia de Garofalo, uma vez que ele busca, a partir de suas referências morais, determinar o que é um verdadeiro crime e o que não é. A este respeito Durkheim diz: “Garofalo pretende tratar do crime, mas aquilo que maneja é sua moral individual”. (DURKHEIM *apud* ROBERT, 2007, p. 18).

Em contraste à teoria dos crimes naturais, Durkheim elabora uma relação de diversos tipos de crimes, encontrados na sociedade em que vivia, mas também englobando crimes de sociedades anteriores, mostrando que, em cada momento, a sociedade determina aquilo que tratará enquanto crime e que esta gama de classificações tem se reduzido nas sociedades modernas. (DURKHEIM, 1978, p. 24).

Ele chega à conclusão de que, por estar presente em todas as sociedades, de uma forma ou de outra, independente de tempo e espaço, o crime não se trata de nenhum tipo de anomia, ao contrário, faz parte de uma sociedade saudável. Tal afirmação, também se apresenta enquanto uma grande novidade, uma vez que, toda a criminologia existente buscava determinar quem eram os criminosos, para impedir a prática de crimes. Ora, se é normal, e como veremos, até positivo, a ocorrência de crimes, todo o esforço dos criminologistas até então, acabar com o crime, não faz nenhum sentido.

O crime não se observa só na maior parte das sociedades desta ou daquela espécie, mas em todas as sociedades de todos os tipos. Não há nenhuma em que não haja criminalidade. Muda de forma, os atos assim qualificados não são os mesmos em todo o lado; mas sempre e em toda parte existiram homens que se conduziam de modo a incorrer na repressão penal. [...] Não há, portanto, fenômeno que apresente de maneira mais irrefutável todos os sintomas da normalidade, dado que aparece como estritamente ligado às condições de qualquer vida coletiva. Transformar o crime numa doença social seria admitir que a doença não é uma causa acidental mas

que, pelo contrário, deriva, em certos casos, da constituição fundamental do ser vivo; seria eliminar qualquer distinção entre o patológico e o fisiológico. (DURKHEIM, 2003a, p. 82-83).

Porém, nos alerta para o fato de que um aumento alarmante nas taxas de criminalidade em um determinado local pode significar a passagem de um estado fisiológico normal, para, devido à exorbitância do fenômeno, tornar-se uma patologia.

O autor retira do criminoso o papel de parasita a ele designado, e o atribui a função de um agente regular da vida social. Considera, inclusive, que quando temos uma grande queda nas taxas de criminalidade, pode ser um sinal de perturbação social. Durkheim também se choca com a criminologia quando apresenta o que para ele se constitui na real motivação da punição. Para ele, a punição não consiste em uma reforma do infrator, mas em uma resposta à sociedade diante uma atitude que fere sua consciência.

O autor contribuiu significativamente com o tema em questão, uma vez que atribui um novo papel social para o crime, o criminoso e as penas, demonstrando um olhar bastante diferenciado a cerca de tais temas.

1.3 GABRIEL TARDE: CRIMINALIDADE ENQUANTO IMITAÇÃO

Jean Gabriel de Tarde, oriundo de uma família nobre da Idade Média, dedicou-se a estudos sobre o crime, combatendo o determinismo biológico predominante no século XIX.

Contrário à ideia de que fatores geográficos ou raciais possam ser decisivos para a prática ou não de crimes, Tarde coloca uma nova possibilidade causal: a imitação.

Após concebido, como o crime é executado? “Ela (a ideia) penetra, estende pouco a pouco suas raízes no terreno que lhe foi preparado. Do primeiro que a concebeu, ela transmite-se, por impressionabilidade imitativa ainda, a um único catecúmeno inicialmente, depois a dois, a três, dez, cem mil. (TARDE, 1992, p. 196).

Quando se propõe a explicar de que forma esta imitação se dá, a resposta é bastante imprecisa, comparando-a à condição de sonambulismo e hipnotismo. Considera a imitação como a verdadeira origem dos vínculos sociais, e as pessoas a praticam de forma quase inconsciente.

Um elemento que Gabriel Tarde traz para a discussão criminológica no século XIX é a ideia de *crime coletivo*. Coloca que a multidão² muitas vezes é responsável por crimes, assim como também o é, o público³.

² Multidão: um aglomerado de pessoas no mesmo espaço físico. (TARDE, 1992)

As multidões não são apenas crédulas, são loucas. Várias das características que observamos nela são as mesmas dos pacientes de nossos hospícios: hipertrofia do orgulho, intolerância, imoderação em tudo. Elas vão sempre, como os loucos, aos polos extremos da excitação e da depressão [...] O público, quando é criminoso, o é mais por interesse de partido do que por vingança, mais por covardia do que por crueldade, ele é terrorista por medo, não por acesso de cólera. [...] Regra geral, ou quase: por trás das multidões criminosas há públicos mais criminosos ainda e, à frente destes, publicistas que o são ainda mais. (TARDE, 1992, p. 73;74).

Por mais que Tarde tome para si posições políticas bastante conservadoras diante os crimes das multidões durante assentos revolucionários ou movimentos de resistência, compreender a possibilidade de crimes coletivos é pensar sob um ponto de vista social, não meramente individual, como fruto de uma doença mental ou da ação de um mal caráter, como era o pensamento predominante. Portanto, Tarde também inovou ao trazer os aspectos sociais para a cena do crime.

Quanto à questão da punição, Tarde alerta que, embora todos nós, de certa forma, temos culpa pelos crimes realizados, uma vez que a sociedade permite o surgimento e crescimento das seitas e multidões criminosas, isso não deve isentar o malfeitor de sua punição. Porém, não chega a desenvolver uma teoria sobre a pena, como Durkheim.

2 A DESORGANIZAÇÃO SOCIAL: CONTRIBUIÇÕES DA ESCOLA DE CHICAGO

Cabe ressaltar que, durante o século XX, maior parte dos estudos sociológicos sobre o crime surgiram e tiveram notoriedade principalmente nos Estados Unidos. Ainda na primeira metade do século XX, alguns estudiosos da Escola de Chicago, como Henry McKay e Clifford Shaw, utilizaram o termo *desorganização social* para explicar o processo através do qual alguns bairros de periferia, considerados *áreas pobres e degradadas* mantinham uma taxa de criminalidade relativamente constante, mesmo com a renovação da população que lá vivia.

Em Chicago e em outras grandes cidades americanas as sucessivas levas de novos imigrantes dirigiam-se aos bairros onde o alojamento era mais econômico e aqueles instalados nos mesmos durante o ciclo precedente fugiam dessa invasão. Entretanto, esse fenômeno reproduzia-se sem cessar, de sorte que, se verificava uma contínua renovação populacional nas zonas intersticiais. A instabilidade as caracterizava. As instituições e os padrões convencionais, que normalmente asseguram o controle

³ Público: pessoas que compartilham de uma mesma opinião, sem, no entanto, estarem aglomerados no mesmo espaço físico. (TARDE, 1992)

social de primeira linha, perdiam sua hegemonia. Tendências contraditórias se contrapunham. A rua, espaço das brincadeiras infantis, também era o cenário onde se podia observar, no seio da miséria social reinante, a ostentação pelos delinquentes de todos os atributos sociais de sucesso, onde se aprende que a pilhagem ou o vandalismo são as brincadeiras mais excitantes, aquelas com que se ganha a estima do grupo. Não há no bairro uma frente de reprovação capaz de tachar tais desvios de indignos. A miséria em si não engendra a violência e sim a desordem normativa que a acompanha nas áreas onde uma renovação perpétua da população impede qualquer estabilização das relações sociais. (ROBERT, 2007, p. 96;97).

Assim, a teoria da Desorganização Social trouxe temas como, imigração, periferias, pobreza, ou seja, trata-se de questões sociais ocupando um espaço central na discussão da criminalidade e das gangues. Além da contribuição teórica deixada pela Escola de Chicago, Phillipe Robert também chama nossa atenção para as contribuições metodológicas que ela nos deixou.

A tese de Trasher demonstra as virtudes da observação prolongada para o estudo de fenômenos de gangues juvenis e as autobiografias de jovens delinquentes evidenciam a possibilidade da utilização das narrativas de suas vidas: contanto que se escolham casos suficientemente ‘típicos’, pode-se assim descobrir os processos e seus encadeamentos, bem como examiná-los do ponto de vista do autor. Entretanto, a associação de Shaw com McKay no seio do Departamento de Sociologia do *Institute for Juvenile Research de Chicago* produziu ainda outra lição metodológica: a virtude da combinação de esforços quantitativos (a determinação das taxas por zona urbana e o cálculo de sua relações) com esforços qualitativos (a história de vida dos delinquentes). (ROBERT, 2007, p. 98).

A partir dos anos 1930, essa estrutura social baseada em permanente migração entre os bairros modifica-se. Diante um novo contexto, a teoria da desorganização social, que tinha como base a discussão da dinâmica territorial, não se sustentou por muito tempo, embora tenha influenciado consideravelmente as teorias que surgiram posteriormente a ela.

A teoria da desorganização social compreende estes territórios enquanto locais pobres, com moradores de baixa renda, mas também, como locais em que existem laços sociais pouco consolidados, o que impossibilita maior supervisão dos jovens por parte dos adultos e uma sociabilidade construída sobre poucas regras. Considerando que a mulher, principalmente na primeira metade do século XX, era percebida enquanto a responsável pela educação dos filhos e pela supervisão cotidiana dos mesmos, enquanto seu marido saía para garantir as condições econômicas de subsistência da família, podemos considerar que, de acordo com esta teoria, elas tinham grande responsabilidade sobre o processo de crescente criminalidade. No caso das mulheres solteiras ou viúvas que precisavam trabalhar fora para garantir o sustento da família, a supervisão dos filhos ficaria ainda mais restrita.

3 O CULTURALISMO: CRIME ENQUANTO COMPORTAMENTO APRENDIDO

Edwin Sutherland considerava o crime como um comportamento aprendido. Tais comportamentos são aprendidos a partir do grupo direto em que o indivíduo se encontra, com quem estabelece relações sociais mais próximas. Trata-se de aprender a técnica, porém, mais do que isso, trata-se também de encontrar no grupo as motivações e justificativas necessárias para a aprendizagem e permanência no comportamento criminoso. Esta teoria, denominada de *associação diferencial* foi construída em 1939 e uma de suas heranças para as teorias futuras foi justamente pensar o crime a partir de relações sociais na esfera micro.

Thorsten Sellin, ainda sob uma perspectiva culturalista, trouxe a seguinte questão: um indivíduo não é socializado no interior de um único grupo, ao contrário, ele transita por diversos grupos, muitas vezes com valores bastante contraditórios entre si. Assim, esta divergência das normas entre os diferentes grupos, pode causar conflitos na personalidade do indivíduo, que se encontra socializado sob diversos valores morais.

As teorias baseadas no culturalismo nunca deixaram de existir, porém sofrem duras críticas, como, por exemplo, a supervalorização da socialização, enquanto responsável pelas ações dos indivíduos.

4 A ANOMIA: O ABISMO ENTRE EXPECTATIVA E REALIDADE SOCIAL

Partindo do funcionalismo Durkheimiano, que considera a sociedade como um todo orgânico, movida por sua articulação interna, Robert Merton caracteriza a prática do desvio como uma desarticulação entre aquilo que é proposto e esperado pela sociedade, como sucesso profissional e financeiro, por exemplo, daquilo que é permitido ao indivíduo alcançar.

Assim, para Merton, este desequilíbrio entre as metas de sucesso impostas pela sociedade e as escassas condições para alcançá-la, seria um estimulante para que muitas pessoas buscassem, de forma ilícita, atingir seus objetivos.

5 O INTERACIONISMO SIMBÓLICO: CONSTRUÇÕES SOCIAIS A PARTIR DAS INTERAÇÕES ENTRE ATORES

Com suas origens remetendo à Escola de Chicago, os interacionistas surgem enquanto uma reação ao Funcionalismo, que era predominante nas principais universidades norte-americanas, Havard e Columbia (ROBERT, 2007, p.110). Embora possamos falar em um

eixo central para os estudos interacionistas, cada um dos autores apresenta uma teoria bastante livre, que não se encontra sob uma perspectiva teórica muito rígida.

A perspectiva interacionista acredita na construção e reconstrução da realidade social e de seus objetos a partir da interação dos diversos atores envolvidos. O significado social dos objetos se desenvolveria pelo sentido que lhes são oferecidos no decurso das relações sociais, portanto, a interação social seria uma ordem instável e temporária, que estaria em processo constante de construção pelos atores, de maneira que estes poderiam, através dela, interpretar o mundo em que estão inseridos e no qual interagem. (JUNQUEIRA, 2012, p. 41).

Uma característica importante do Interacionismo é não se limitar a ideia de crime, mas ampliá-la, assim como alguns sociólogos já haviam feito, para a categoria de *desvio*, o que implica em estudar aquelas ações que fogem às regras amplamente aceitas e ao que é considerado *comum* pela maioria da sociedade. Mas não basta que o indivíduo realize determinadas ações para que ele seja um desviante, pois não se trata apenas da ação, mas sim da reação que as pessoas tem diante aquele ato. É necessário, para que o ator seja um desviante, que esta seja a forma pela qual a sociedade o veja, o rotule.

O desvio não é uma qualidade simples, presentes em alguns tipos de comportamentos e ausentes em outros. É antes o produto de um processo que envolve reações de outras pessoas ao comportamento. O mesmo comportamento pode ser uma infração de regras num momento e não em outro; pode ser uma infração quando cometida por uma pessoa, mas não quando cometido por outra; algumas regras são infringidas com impunidade, outras não. Em suma, se um dado ato é desviante ou não, depende em parte da natureza do ato (isto é, se ele viola ou não alguma regra), e em parte do que outras pessoas fazem acerca dele. (BECKER, 2008, p. 26).

Desta forma, o desvio não diz respeito apenas aquele que cometeu o ato desviante, mas é um fruto das interações entre o ator e as pessoas que reagem a ele.

Becker nos chama a atenção para o fato de que determinado ator pode manter um comportamento infrator, sem, contudo, ser visto como um desviante. É possível ainda que o ator seja visto enquanto desviante, embora não pratique nenhuma ação desta natureza. (BECKER, 2008, p. 31- 32).

Normalmente, o termo *carreira* é utilizado para se referir a profissionais bem sucedidos em determinada área profissional. Porém, alguns autores utilizam este termo também para se dirigirem ao desenvolvimento de uma pessoa em uma área considerada desviante.

Becker aponta que o primeiro passo na maioria das carreiras desviantes é o cometimento de um primeiro ato inapropriado. Enquanto a maior parte das teorias

sociológicas e psicológicas buscava a compreensão das razões desta primeira infração, o autor afirma que muitas podem ser as motivações e que esta não deve ser a questão. A pergunta principal seria então: porque as pessoas consideradas normais, não se deixam levar pelo impulso desviante que tem? O autor afirma que, a pessoa considerada normal, ao notar em si um ato desviante, o controla pensando nas consequências que determinado ato poderia causar. Já aqueles que continuam se desenvolvendo em uma carreira desviante podem, ao longo de sua vida, ter se envolvido em situações nas quais não lhe seja cobrado os padrões convencionais da sociedade, ficando, de certa forma, livre de dar estas explicações para a sociedade. Ou ainda, buscam técnicas de neutralização que justifiquem suas ações e reprimem seus ímpetos não desviantes. (BECKER, 2008, p.36-49).

Quando uma pessoa, que já exercia determinado ato tido como desviante, é rotulada como tal, normalmente, sua vida muda. Um homossexual, usuário de maconha, ou qualquer pessoa que pratique um ato tido como desviante, pode ter um trabalho, relações sociais normais, mas quando é percebido enquanto portador de um status desviante, muitas vezes, não poderá mais manter sua vida cotidiana como era antes. A forma como os desviantes são tratados, muitas vezes, lhes nega os meios comuns de levar adiante as rotinas da vida acessíveis à maioria das pessoas. Em razão desta negação, estas pessoas podem desenvolver rotinas ilegítimas. O passo final na carreira do desviante é o ingresso em um grupo organizado. Nele, a pessoa aprende a evitar problemas, racionaliza suas ações e assimila uma fundamentação para continuar. A participação em um grupo desviante se torna, então, um elemento consolidador da carreira. (BECKER, 2008, p. 36-49).

O Interacionismo ainda possui muita referência nos trabalhos realizados hoje em dia, mas também foi alvo de críticas, tais como: a pouca atenção que é destinada ao processo inicial da delinquência, a dissolução do conceito de *crime* dentro de um termo mais amplo, designado como *desvio*, e é criticado também por tratar predominantemente de relações interpessoais, diminuindo o peso da estrutura social e instituições. (ROBERT, 2007, p.110-114).

Kokoreff (2005), ao estudar usuários e revendedores de drogas nos bairros pobres de Paris, chama a atenção para dois erros centrais que podemos cometer ao estudar carreiras em atividades ilícitas. O primeiro problema é cairmos no erro de reproduzirmos uma discussão determinista, que oculte as heterogeneidades dos atores envolvidos com o processo, como se o envolvimento com as drogas por parte de certos grupos sociais fosse algo dado ou estivesse escrito pelo destino.

O segundo erro que o autor nos adverte é considerarmos que as construções destas carreiras são realizadas sob livre escolha dos envolvidos. Kokoreff avalia que o Interacionismo, apesar de todos os aspectos relevantes que apresenta, é passível de realizar esta confusão. O perigo de considerarmos o sujeito enquanto autor, e não ator, de sua trajetória abre espaço para desconsiderarmos os limites de escolha colocados a ele socialmente.

Por isso, o autor prefere utilizar o termo *caminho*. Situado no mesmo sentido semântico que trajetória e percurso, ele enfatiza os aspectos não lineares que foram fundamentais para a condução do sujeito pelo caminho do uso ou da revenda de drogas. Aspectos, estes, que limitam suas possibilidades de escolha. (KOKOREFF, 2005, p. 31-40).

6 A TEORIA DO CONFLITO: O CRIME SOB UMA PERSPECTIVA CLASSISTA

Durante a década de 70 presenciamos explicações teóricas sobre o crime que não eram baseadas em uma discussão do comportamento, mas nas relações de poder da sociedade. Autores como Richard Quinney, Tonny Platt, Ian Taylor, Paul Walton e Jock Young, influenciados pela teoria marxiana, buscavam enfatizar os crimes praticados pelos *white collors* e estudar o crime sob uma perspectiva classista. A Teoria do Conflito deu origem a diversas perspectivas diferentes entre si. Destacaremos os elementos básicos comuns a elas

O ponto de partida desta abordagem é o conceito de crime. Legalmente, crime é aquilo que é tipificado, e não necessariamente é determinado como crime tudo o que é danoso para o ser humano, como genocídios, exploração, dentre outros. Além disso, dentro daquilo que é conceituado crime, uma parte não é reprimida pela justiça criminal de forma consequente, é o crime de colarinho branco, como, por exemplo, fixação monopolista de preços, poluição do meio ambiente, corrupção governamental, dentre outros.

Juarez Cirino dos Santos coloca que esta limitação do conceito legal de crime, não criticado pela maioria das vertentes criminológicas, não é casual e está a serviço de uma distorção ideológica, que busca justificar o peso da repressão sobre os mais pobres. Ele utiliza o exemplo dos Estados Unidos, no período em que escrevera o livro, 1981, país em que 20% da população advém de países subdesenvolvidos, e estes imigrantes representam 50% da população carcerária do país. Desta forma, nos Estados Unidos, existem mais negros nas prisões do que nas universidades. Este é um exemplo de como os crimes praticados pelos mais pobres são permanentemente reprimidos. (SANTOS, 1981, p.9).

Os autores da Criminologia Radical⁴ afirmam que as estatísticas dos crimes são, na verdade, enviesadas, devido à cifra negra e à cifra dourada do crime. A cifra negra é a diferença entre aparência, conhecimento oficial, e realidade, volume total, do crime. Isto se dá, pois existem criminosos não identificados, ou não investigados. Muitos crimes de abuso sexual, estupro, não são denunciados, sendo, assim, impossível conceber estatísticas que de fato representem a realidade. Muitos casos de homicídios também não são computados, consolidando-se como casos de desaparecimento, acidentes ou suicídios. Já a cifra dourada está relacionada aos crimes de colarinho branco, nos quais os praticantes possuem um alto status socioeconômico, e, muitas vezes, tais crimes passam despercebidos. Por estes motivos, os defensores desta teoria afirmam que as estatísticas que definem o perfil do criminoso, não são fiéis à realidade, pois partem de um conceito de crime, e conseqüentemente de criminoso, direcionado para a criminalização das classes desprivilegiadas.

A criminologia radical define as estatísticas criminais como produtos da luta de classes, nas sociedades capitalistas: a) os crimes da classe trabalhadora desorganizada (lumpenproletariados, desempregados crônicos, etc.), integrantes da criminalidade de rua (de natureza essencialmente econômica e violenta) são super-representados nas estatísticas criminais porque apresentam (em um primeiro nível de análise) os seguintes caracteres: constituem uma ameaça generalizada ao conjunto da população, são produzidos pelas camadas mais vulneráveis da sociedade e apresentam maior transparência ou visibilidade, com repercussões e conseqüências mais poderosas na imprensa, na ação da polícia, do judiciário, etc. ; b) os crimes da classe trabalhadora organizada, integrada no mercado de trabalho (furtos, danos), não aparecem nas estatísticas criminais pelas obstruções dos processos criminais sobre os processos produtivos; c) a criminalidade da pequena burguesia, geralmente danosa ao conjunto da sociedade (a dimensão inferior da criminalidade do colarinho branco), raramente aparece nas estatísticas criminais, e a grande criminalidade das classes dominantes (as burguesias financeira, industrial e comercial), definida como abuso de poder [...] produtora do mais intenso dano à vida e à saúde da coletividade, e ao patrimônio social e estatal, está excluída das estatísticas criminais. (SANTOS, 1981, pág. 10 e 11).

A Criminologia Radical propõe um conceito proletário de crime. De acordo com este conceito, crime é tudo aquilo que fere uma concepção radical de Direitos Humanos. Tudo que, de alguma forma prejudique o direito à segurança pessoal, à vida, à integridade, à saúde, à liberdade, à igualdade econômica, racial e sexual, ainda que, quem tenha interferido nestes

⁴ Criminologia Radical ou Criminologia Marxista é uma das principais vertentes da Teoria do Conflito. A Criminologia Radical diferencia os estudos sobre o crime em dois grandes grupos (que se dividem em subgrupos). O primeiro grupo é composto pelas teorias tradicionais, que engloba os estudos baseados em questões biológicas e as teorias que, segundo a Criminologia Radical, contribuem para a criminalização da pobreza e para consolidar as normas capitalistas, são elas: *Escola de Chicago, associação diferencial, anomia e subcultura delinquente*. Já o segundo grupo é formado pelas teorias críticas, em que as perspectivas de maior alcance são o *Interacionismo Simbólico* e a própria *Criminologia Radical*.

direitos, sejam indivíduos, empresas, instituições, relações capitalistas e imperialistas. (SANTOS, 1981, p. 34-35).

Utilizando-se do conceito legal de crime, e das estatísticas que não são um retrato fiel da realidade, as abordagens consideradas tradicionais, de acordo com o Juarez Cirino dos Santos, contribuem com a criminalização da pobreza, pois praticamente todos os criminosos contabilizados são oriundos das classes inferiores. O autor também explica, baseado em G. Rusche, que o fato do monopólio da punição ser praticamente restrito à classes subalternas é utilizado para justificar as condições de vida na prisão. Pois, existe uma ideia do senso-comum, muito bem apropriada pelo Estado, de que o local onde as pessoas cumprem suas penas, deve ser pior do que o local no qual elas vivem normalmente, pois, caso contrário a punição não surtiria efeitos, e as prisões estariam ainda mais cheias do que estão. (SANTOS, 1981, p. 42-44).

Outro atributo desta abordagem é buscar compreender o crime contextualizado com os diferentes modos de produção nas diferentes sociedades. Na Alta Idade Média, por exemplo, com sua economia agrária, a violência era praticamente limitada a abusos pessoais e sexuais. O sistema penal baseava-se na vingança pessoal e nas penitências religiosas. Já na Baixa Idade Média, onde a economia agrária feudal separa as classes sociais entre os latifundiários e os camponeses, as guerras são frequentes e a criminalidade se torna generalizada. O Sistema Penal utilizado para este período são os piores suplícios corporais.⁵ Já no Mercantilismo, existe uma escassa mão de obra, atacada por pestes e guerras, e o principal método punitivo deixa de ser o suplício do corpo para ser o trabalho forçado, momento no qual as prisões são consolidadas enquanto método punitivo. Após a Revolução Industrial, a situação do trabalho se reveste e o que temos é a formação de mão de obra excedente, neste caso o sistema punitivo faz uso das prisões, porém não mais do trabalho forçado (SANTOS, 1981, p. 45-46).

7 TEORIAS DO CONTROLE: A FAMÍLIA ENQUANTO INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL PELA SOCIALIZAÇÃO

Travis Hirschi e Michael Gottfredson, em 1990, apresentaram sua teoria geral do crime. Esta era baseada na ideia de que a delinquência juvenil era fruto de uma ausência de autocontrole vivenciada pelos jovens, o que era causado, primeiramente, pela desestruturação familiar. Assim, eles entendem a família enquanto principal instituição socializadora, e esta

⁵ FOCAULT (1987) descreve brilhantemente sobre as punições corporais na Idade Média.

deveria, por sua vez, retomar o seu modelo anterior -de papéis bem definidos entre homens e mulheres- para disciplinar os filhos.

Enquanto as Teorias do Conflito apresentam uma posição bastante crítica, as Teorias do Controle encontram-se na outra ponta do pensamento ideológico, posicionando-se de forma um tanto quanto conservadora. Estas ideias foram bem recebidas, por certos setores da sociedade, e duramente criticadas, por outros.

Sua ambição de generalidade foi criticada: ela não convém a certos tipos de criminalidade (o crime organizado ou a delinquência econômico-financeira). Ela foi repreendida por ser puramente tautológica, ou mesmo por partir de uma definição inadequada de crime. (ROBERT, 2007, p. 118).

8 POLÍTICAS PÚBLICAS E PRODUÇÃO DA CRIMINALIDADE

Garland (2001), em uma análise das modificações no sistema punitivo que acontece, desde a década de 1970, nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha. No livro *La cultura del control*, argumenta que a *modernidade tardia*⁶ têm desenvolvido uma série de riscos, inseguranças e problemas, gerando respostas cada vez menos tolerante e mais hostis ao crime por parte destes dois países e, ao que parece, esta tendência tem se manifestado em vários outros lugares. Ele demonstra como o desmantelamento do Estado de Bem Estar Social, a favor do avanço das políticas neoliberais, afetaram também o sistema penal. As principais mudanças no sistema penal apontadas pelo autor são as seguintes:

- 1) Houve um declive do ideal da *reabilitação*. Durante o Estado de Bem Estar Social, a principal meta do sistema penal era buscar a reabilitação do delinquente. Hoje, cada vez mais, os programas de reabilitação perdem a centralidade nas medidas punitivas.
- 2) Surgimento de sanções punitivas e “justiça expressiva”. Trata-se da tendência da reparaçãõ de penas decidida e exclusivamente punitivas, tais como, pena de morte, trabalho forçado e castigo corporal.⁷
- 3) Mudanças no discurso penal. Até 1970, os discursos que baseavam as reformas penais eram tratados a partir de sentimentos nobres, tais como, solidariedade, dignidade e

⁶ Define *modernidade tardia* como o “padrão distintivo de relações sociais, econômicas e culturais que emergiram nos EUA, Grã-Bretanha e em outros lugares do mundo, no último terço do século XIX.” (GARLAND, 2005)

⁷ No momento em que escrevemos este trabalho existe no Brasil uma discussão, com amplo apoio popular, sobre a “necessidade” da redução da maioria penal. Isto e outras questões demonstram que o Brasil também se enquadra na tendência identificada por Garland de endurecimento do sistema penal.

ajuda, ainda que, na maior parte dos casos, estes sentimentos não saíssem do plano do discurso. Nos últimos anos, o sentimento que baseia as reformas penais é o medo.

- 4) O retorno da vítima. Sob um discurso de que a vítima deve ser respeitada, colocam-se vítima e delinquente enquanto dois opostos. Assim, para estar do lado da vítima, deve-se ser contra os direitos dos delinquentes. Nos EUA as vítimas podem participar do julgamento, são consultadas sob a pena e a libertação do agressor.
- 5) *Acima de tudo, o povo deve ser protegido*. Sob este discurso aumentam-se as políticas de encarceramento e geram uma sensação de medo na população, com câmeras em todas as partes, etc.
- 6) Novas teorias que enfatizam a prevenção da criminalidade em todos os espaços. O autor argumenta que existe uma cultura do controle, na qual são bem-vindas câmeras por todos os lugares, intervenção policial nos espaços cotidianos, grupos de autovigilância na própria comunidade, etc. As novas teorias criminológicas que ganham centralidade no discurso de especialistas e operadores da lei fortalecem a ideia de que o combate ao crime precisa estar voltado para a prevenção, isto é, a intervenção social policial e da sociedade civil precisa ocupar todos os espaços das interações cotidianas para combater a criminalidade.
- 7) A privatização do sistema penal. Durante o estado de bem estar social o controle do delito era uma função exclusiva do Estado, porém, cada vez mais, a iniciativa privada ganha espaço, dividindo com o Estado o monopólio da força⁸.

Estas e outras modificações, na concepção do autor, significam uma reconfiguração do sistema penal nos países estudados. Nesta reconfiguração, que ele denomina de cultura do controle, o medo do crime está refletido em toda parte, seja na participação da sociedade civil na prevenção do crime, seja na presença policial no cotidiano das pessoas. Nos últimos anos, a opinião dos especialistas tem sido cada vez menos requisitada e os políticos, movidos pela opinião pública conferem às leis mudanças significativas e rápidas, buscando uma maior credibilidade frente à população.

Esta nova cultura no sistema penal destes países, criada pelas implementações das políticas neoliberais, parte do pressuposto de que o Estado de Bem Estar Social é uma burocracia pouco eficiente que faz uso do dinheiro dos trabalhadores *de bem* para beneficiar

⁸ No Brasil também percebemos um aumento na segurança privada. Foi inaugurada, em janeiro de 2013 a primeira prisão de parceria público-privada do país, em Ribeirão das Neves, Minas Gerais. Além disso, temos, no país, 690.000 trabalhadores da área de segurança privada, sem levar em consideração os contratados na informalidade. Estes trabalhadores superam o número de policiais brasileiros, que corresponde a 506.411. (BAVA, 2013. P. 3).

os *vagabundos*. Os benefícios sociais passam a ser vistos como as causas dos problemas da sociedade, e não como sua solução. Assim, os países neoliberais tardo-modernos garantem uma forma concebida como civilizada e legal para segregar as populações tidas como problemáticas, como se estas soluções não passassem por mudanças sociais e econômicas estruturais da sociedade. (GARLAND, 2005, p. 295-297).

Ethan Nadelmann, fundador e diretor executivo da Drug Policy Alliance⁹, em entrevista concedida à revista *Le monde diplomatique*, ao descrever a situação prisional nos Estados Unidos, acaba por confirmar a discussão apresentada por Garland.

“Os Estados Unidos tem menos de 5% da população mundial e quase 25% dos presos. Somos o primeiro no mundo em cidadão encarcerados *per capita*. Mas nem sempre foi assim. Há quarenta anos, as taxas de encarceramento eram mais próximas da média mundial”. (LOBO, Flávio & BRASILINO, Luís. 2013. P 14-15).

9 SUJEIÇÃO CRIMINAL NO BRASIL

Apesar de não ser uma teoria de ampla abrangência, como as já mencionadas neste trabalho, consideramos relevante abordá-la, uma vez que é voltada para compreendermos a maneira através da qual o estado e a sociedade brasileira posicionam-se frente ao criminoso. De acordo com Misse (2011), o Brasil apresenta certas particularidades acerca do tratamento do criminoso, que merecem uma elaboração mais específica.

O autor compreende que conceitos como *rótulo* e *estigma* não são suficientes para a compreensão da ideia de criminoso existente no Brasil. Por isso, sugere a categoria de *sujeição criminal*, onde são selecionados preventivamente os supostos sujeitos que irão compor um tipo social cujo caráter é socialmente considerado sempre propenso a cometer um crime.

O ponto central que justifica, a meu ver, o uso da sujeição criminal em lugar de rótulo, estigma e desvio secundário é que, aqui, a identidade social se subjetivava não apenas como incorporação de um papel social ou de um self deteriorado, mas como personificação do crime. E não de qualquer crime, mas do crime violento, cujo fantasma social está associado à ideia do criminoso enquanto inimigo, que, pela sua periculosidade, é tomado como sujeito irrecuperável para a sociedade. (MISSE, 2011, p. 34).

⁹ Organização não governamental, sediada nos Estados Unidos, que se dedica a promoção de alternativas de descriminalização e regulamentação das drogas.

Ao definir quem é o bandido na sociedade brasileira, o autor o caracteriza enquanto alguém que “pode ser morto. No limite sua morte pode ser amplamente desejada” (MISSE, 2011, p. 34). Como um elemento que justifique sua afirmação, ele apresenta os resultados de uma pesquisa realizada em 1996 e 1997 no Rio de Janeiro, em que 70% da população afirmavam que os bandidos “não deveriam ter seus direitos respeitados”. Além disso, apresenta o caso de Sivuca, eleito deputado por três vezes consecutivas pelo estado do Rio de Janeiro, sob o slogan *bandido bom é bandido morto*.

O *bandido* está relacionado à pobreza. Por mais que alguém que seja membro das classes dominantes tenha seus crimes descobertos, normalmente ele será visto enquanto uma pessoa que errou, mas que é passível de correção e não como um bandido, que se encontra completamente fora das normas de sociabilidade e que nunca poderá ser resgatado, pois viverá e morrerá sendo um bandido.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos realizar, no presente artigo, uma breve revisão da literatura sociológica a respeito da criminalidade. Percebemos que desde o século XIX este tema foi recorrente nos estudos dos autores clássicos das ciências sociais, ou seja, a criminalidade é um tema relevante para a sociologia, e outras ciências humanas, desde a consolidação da modernidade. Tais autores tiveram o mérito de, dentre outras coisas, destacar o crime enquanto um fenômeno social e não uma patologia individual.

Já no século XX, as teorias foram sendo lapidadas e diversas explicações e estudos foram realizados sob perspectivas teóricas diferentes. Percebemos que, com o aumento da relevância social do tema, principalmente a partir da segunda metade do século XX, aumenta-se também o espaço para investigação do tema na sociologia.

As teorias mais recentes apresentadas neste trabalho remetem à preocupação com o atual olhar da sociedade sobre a criminalidade: a indústria do medo e o avanço das políticas neoliberais consolidadas nas últimas décadas formam pessoas cada vez mais abertas a qualquer tipo de repressão, fomentando posições favoráveis à pena de morte, redução da maioria penal, privatização das cadeias e ostensivo policiamento.

Apesar das diversas elaborações teóricas sobre o tema, ressaltamos que ainda existem diversas lacunas que necessitam ser preenchidas com mais pesquisas, uma vez que se trata de uma questão tão cara às sociedades modernas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAVA, Silvio Caccia. Sob o domínio do medo. *Le Monde Diplomatique*. São Paulo. Ano 6. N.71. P. 3. Jun. 2013.
- BECKER, Howard. *Outsiders*. Rio de Janeiro: Zahar. 2008.
- DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martin Claret.2003a.
- DURKHEIM, Émile. *O suicídio*. São Paulo: Martin Claret. 2003b.
- DURKHEIM. Col. *Os Pensadores*. . São Paulo: Nova Cultural. 1978.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: o nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes. 1987.
- GARLAND, David. *La cultura del control*. Barcelona: Editorial Gedisa. 2005.
- JUNQUEIRA, Fernanda. Entre interações e violências: a percepção dos atores sociais a respeito de seu cotidiano escolar. In: GAIO, André. (Org). *Contra a Criminologia: enfrentando os mitos da criminologia positiva*. Curitiba: CRV. 2012. P.39-60.
- KOKOREFF, Michel. Toxicomanie et trafics de drogues: diversité des cheminements et effets de génération au sein des milieux populaires em France. In: BRUNELLE, N. & COUSINEAU, M. *Trajectoires de déviance juvénile: Les éclairages de la recherche qualitative*. Québec: Presses de L'Université du Québec.2005.P. 31-60.
- LOBO, Flávio & BRASILINO, Luís. Guerra às drogas: quando o remédio é pior que a doença. *Le Monde Diplomatique*. São Paulo. Ano 6. N.71. P. 14-15. Jun. 2013
- MARX, Karl. *Manuscritos Economicos Filosóficos*. São Paulo: Martin Claret.2004.
- MARX, Karl. *Teorias da Mais Valia*. Rio de Janeiro: Bertrand. 1987.
- MISSE, Michel. Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. *Civitas*. v. 8, n. 3, p. 371-385, set.-dez. 2008.
- MISSE, Michel. A categoria "bandido" como identidade para o extermínio. Algumas notas sobre sujeição criminal a partir do caso do Rio de Janeiro. In: BARREIRA, César; SÁ, Leonardo & AQUINO, Jânia. (Org). *Violência e dilemas civilizatórios: as práticas de punição e extermínio*. Campinas: Pontes editores. 2011. P. 31-57.
- ROBERT, Philippe. *Sociologia do crime*. Petrópolis: Vozes. 2007.
- SÁ, Geraldo Ribeiro. *A prisão dos excluídos: origens e reflexões sobre a pena privativa de liberdade*. Juiz de Fora: EDUFJF. 1996.

SANTOS, Juarez Cirino. *A Criminologia Radical*. Rio de Janeiro: Forense.1981.

TARDE, Gabriel. *A opinião e as massas*. São Paulo: Martins Fontes.1992.